

FITOTERAPIA: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO CUIDADO À SAÚDE

Phytotherapy: the use of medicinal plants and herbal medicines in health care

ADRIANA MARIA PEREIRA DE ALMEIDA

Graduando em farmácia generalista pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni-MG, E-mail: adrianampa2009@hotmail.com

TALLES ANTÔNIO SANTOS RAMALHO

Graduando em farmácia generalista pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni-MG, E-mail: tallesramalhoo@icloud.com

LEANDRO ALMEIDA DE CASTRO

Mestrando em Tecnologia Ambiente e Sociedade pela UFVJM- Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, E-mail: leandroalmeidadecastro@gmail.com

RESUMO: As plantas medicinais são utilizadas pelo homem desde os tempos mais remotos para alívio de sintomas de diversos males e até mesmo na cura de doenças. Esse conhecimento foi passando de geração em geração, e mesmo com o advento da indústria farmacêutica com a produção de diversos medicamentos sintéticos, a humanidade continua fazendo uso das plantas. Com o passar dos tempos, diversas pesquisas foram realizadas à cerca dos benefícios e eficácia das plantas medicinais que hoje a indústria farmacêutica produz medicamentos à base de plantas, os fitoterápicos. Mesmo sendo as plantas de acesso mais fácil à população, é necessário que haja acompanhamento de um profissional de saúde, em especial o farmacêutico, pois ele é habilitado para prestar assistência ao paciente e orientá-lo acerca de reações e interações causadas pelo uso indiscriminado de plantas medicinais e fitoterápicos. Mesmo sendo naturais, eles podem causar algum risco à saúde ou interagir com algum outro medicamento no qual a pessoa esteja fazendo uso. O objetivo deste trabalho é analisar o uso das plantas e fitoterápicos no cuidado à saúde.
PALAVRAS-CHAVE: fitoterapia; plantas medicinais; fitoterápicos; assistência farmacêutica;

ABSTRAT: Medicinal plants have been used by man since ancient times to relieve symptoms of various to cure diseases. This knowledge was passed from Generation to Generation, and even with the advent of several synthetic drugs, humanity continues

to make use of plants. Over time, several researches have been carried out on the benefits and efficacy of medicinal plants that the pharmaceutical industry currently produces herbal medicines, the phytotherapics. Even though the plants are more easily accessible to the population, it is necessary that there is monitoring by a health professional, especially the pharmacist, as he is qualified to provide care to the patient and guide them about reactions and interactions caused by the indiscriminate use of Medicinal plants and herbal medicines, even if they are natural, they can cause some health risk or Interact with any Other medication that the person is using. The objective of this work is to analyze the use of medicinal plants and herbal plants in health care.
KEYWORDS:phytotherapy; medicinal plants; herbal medicines; pharmaceutical care;

1 INTRODUÇÃO:

A utilização da natureza para fins terapêuticos é tão antiga quanto a civilização humana e há muito tempo que às plantas vem sendo utilizadas, assim como produtos minerais, como fins terapêuticos. As plantas medicinais são importantes na descoberta de novos fármacos, sendo então o reino vegetal um grande contribuinte na produção de medicamentos. Os medicamentos vegetais, que em tempos não muito distantes eram uma forma de medicina empírica, tornaram-se científicas e formaram um grande mercado e que cada vez mais se investe em pesquisas ao redor do mundo em busca de novas moléculas advindas da natureza (ROSA et al.,2011; ZALEWSKI, 2017).

O uso da fitoterapia como prática médica vem crescendo em vários países, inclusive no Brasil. Com esse crescimento, exige-se que haja uma normatização adequada para garantir a qualidade em todas as etapas de elaboração destes medicamentos (BRASIL, 1995).

Como há uma grande diversidade de plantas consideradas medicinais, a sua utilização facilita a produção de medicamentos a baixo custo, o que vem despertando a atenção dos programas de assistência à saúde e de profissionais. No Brasil, cerca de 82% da população utiliza produtos à base de plantas medicinais nos cuidados da saúde, pelo conhecimento tradicional adquiridos da medicina indígena, quilombola, dentre outros, a chamada medicina popular, passa de geração a geração, ou nos sistemas de saúde, como prática de cunho científico, orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (ROSA et al.,2011).

Podemos fazer uso de todas as partes das plantas, desde as raízes até as flores e frutos. E esse uso pode ser feito através de vários tipos de extração do vegetal, que pode ser através de chás (infusão, decocção), maceração, e até mesmo meios mais sofisticados como digestão, percolação e turbólise, que são realizados em laboratórios próprios. Os constituintes ativos são obtidos juntos com outras substâncias presentes na planta. Para manter a qualidade em um fitoterápico, antes é necessário assegurar a coexistência destas substâncias, ou grupos químicos, presentes na espécie visto que as substâncias responsáveis pela atividade biológica ainda são desconhecidas para muitas espécies de plantas medicinais. Uma qualidade consistente do fitoterápico pode ser alcançada se todas as etapas de processamento da matéria-prima ativa vegetal e manufatura do produto final conservar o constituinte ativo e as substâncias sinérgicas (SCHIMIDT et al., 1993).

Comparando o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, estes possuem bem menos efeitos colaterais que os medicamentos tradicionais. Porém, o uso incorreto pode levar a toxicidade e reações adversas, sendo necessário o acompanhamento de um profissional de saúde. Para Silva, Almeida e Rocha (2010), o uso de certas plantas, consideradas medicinais, pode levar um indivíduo a se expor a sérios riscos de saúde no momento em que passa a manipular e consumir, inadequadamente, determinadas espécies potencialmente tóxicas.

Portanto, assim como qualquer medicamento, o uso de plantas medicinais deve ser acompanhado por profissional habilitado, especialmente o farmacêutico, o qual colocará em prática o exercício da atenção farmacêutica. A atenção farmacêutica tem o papel de orientar o uso racional de fitoterápicos e plantas medicinais, pautadas na resolução nº 477/08 do Conselho Federal de Farmácia (RIBEIRO, 2013).

Pode-se perceber que é fundamental e importante para a formação e qualificação dos profissionais de saúde o conhecimento sobre o tema para que possam melhor atender as necessidades da população, o que também amplia o investimento em pesquisas que melhoram o conhecimento sobre a fitoterapia (BRASIL, 2006).

Atualmente, vem aumentando a importância do uso de plantas medicinais e de fitoterápicos pela população e o sistema de saúde. Sabe-se que o uso de plantas

medicinais vem sendo realizado desde os tempos mais remotos, e sua importância se dá ao fato de sua acessibilidade e abundância na natureza e por possuir poucos ou nenhum efeito colateral, de acordo com a planta utilizada. Já os medicamentos fitoterápicos, sua importância se dá pelo fato de serem de fácil produção e baixo custo e também por possuir poucos efeitos colaterais e interações medicamentosas (BRASIL, 2006).

A finalidade desta pesquisa é de caráter básico e puro, cujo objetivo é aprofundar sobre o tema fitoterapia. É uma pesquisa descritiva, onde será descrito sobre plantas medicinais e fitoterápicos. É de abordagem qualitativa onde se busca entender a cura através da fitoterapia. O método utilizado é o hipotético-dedutivo. O procedimento é o bibliográfico, pois foi utilizado a busca de dados como Scientific Eletronic Libary Online (SciELO) e no site de buscas Google Acadêmico e a leitura dos artigos encontrados para o aprofundamento do tema e a realização deste trabalho. Foram analisados artigos encontrados de 1990 a 2018. Foram descartados os artigos que não atenderam aos objetivos da pesquisa.

1.1 Objetivos:

Analisar a importância do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no cuidado à saúde, analisar o histórico do uso e estudos de plantas medicinais, entender a etnobotânica como ferramenta de interação planta x homem, descrever o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, sua eficácia e reações adversas, analisar o uso de fitoterápicos nas unidades de saúde e entender o papel do farmacêutico e da assistência farmacêutica perante o uso da fitoterapia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO:

2.1 Histórico do uso e estudos de plantas medicinais

Fitoterapia é a terapêutica que utiliza os medicamentos cujos constituintes ativos são plantas ou derivados vegetais, e que tem a sua origem no conhecimento e no uso popular (ROSA et al., 2011; ZALEWSKI, 2017).

O uso de plantas medicinais é tão antigo que existe registro na Bíblia, tanto no antigo como no novo testamento, como por exemplo o aloés, o benjoim e a mirra. Na Antiguidade, na Grécia e em Roma, a medicina sempre esteve estreitamente

dependente da Botânica. Hipócrates, na obra, "*Corpus Hippocraticum*", fez uma síntese dos conhecimentos de seu tempo, indicando, para cada enfermidade, um remédio à base de vegetais (SILVA, 2002).

Desde os primórdios da civilização, a civilização faz uso de plantas para obtenção de alívio de sinais e sintomas e até mesmo da cura das enfermidades. Assim que o homem tornou-se consciente que poderia modificar o meio ambiente em seu benefício, passou a utilizar algumas plantas com objetivo de obter a cura para as enfermidades das quais eram acometidos (SILVA, 2002).

Há milhões de anos, a humanidade vem utilizando as plantas. Esse processo de evolução da "arte da cura" se deu de forma empírica, em processos de descobertas por tentativas, de erros e acertos. Processo pelo qual, os povos primitivos realizaram a identificação de espécies e de gêneros vegetais bem como de partes dos vegetais que se adequavam ao uso medicinal, o reconhecimento do habitat e a época da colheita são de fundamental importância (SILVA, 2002).

Para Silva (2002), foi na Idade Moderna que a Botânica começou a ser encarada com um maior destaque, porém sempre associada com a medicina, mas no século XX até a década de 70, principalmente depois da segunda Guerra Mundial, com a descoberta dos antibióticos e o incremento cada vez maior de remédios a base de drogas sintéticas houve um relativo abandono e inclusive certo ceticismo a respeito das drogas naturais. Porém, devido aos preços cada vez maiores e aos efeitos colaterais dos fármacos sintéticos, entre outros fatores, as pesquisas sobre drogas de origem vegetal voltaram a ter um maior destaque, sendo então, reativadas.

O Brasil possui a maior diversidade vegetal do mundo, com cerca de 60.000 espécies vegetais superiores catalogadas, desse total, apenas 8% foram estudadas para pesquisas de compostos bioativos e 1.100 espécies foram avaliadas em suas propriedades medicinais (GUERRA et al. 2001). Mesmo que apenas 8% foram estudadas até essa data, a eficácia dos benefícios das plantas brasileiras desperta o interesse de muitos pesquisadores em âmbito mundial com o objetivo em ajudar a solucionar os problemas sociais da humanidade, já que aproximadamente metade dos fármacos contêm material de plantas ou sintéticos derivados delas.

Visando o custo de desenvolvimento dessa categoria de produtos, os países subdesenvolvidos como o Brasil, oferecem integrativa terapêutica bastante promissora para a população. O país é visto em destaque por possuir um terço da flora mundial, além de ser a Amazônia a maior reserva de produtos naturais com ação fitoterápica do planeta. Essa intensa presença vegetal faz com que as pesquisas e o próprio desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos possam ocorrer como destaque no cenário científico mundial (YUNES et al., 2001; FRANÇA et al., 2008).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) cerca de 80% da população mundial depende ou faz uso de algum tipo de medicina tradicional para as suas necessidades básicas, e desta, em média 85% utilizam alguma planta, seus extratos vegetais e seus princípios ativos na composição de medicamentos (SILVA, 2002). Diante disto, a OMS determinou aos países membros para o atendimento dos cuidados básicos de saúde, o qual inclui o uso da fitoterapia como forma de tratamento eficaz e auxiliar em países em desenvolvimento (SILVA, 2002).

2.2 A etnobotânica como ferramenta de interação planta x homem

De acordo com Silva (2002), o termo etnobotânica foi empregado pela primeira vez em 1895, por Harshberger, botânico norte-americano. Segundo o autor ele utilizou esse termo para descrever o estudo de plantas usadas pelos povos aborígenes, auxiliando na elucidação da posição cultural das tribos indígenas. De acordo com Albuquerque (2005), a etnobotânica pode ser definida como sendo o estudo da inter-relação direta entre pessoas de culturas viventes e as plantas do seu meio, aliando-se fatores culturais e ambientais, bem como as concepções desenvolvidas por essas culturas sobre as plantas e o aproveitamento que se faz delas.

Permite um melhor entendimento das formas pelas quais as pessoas pensam, classificam, controlam, manipulam e utilizam espécies de plantas e comunidades. Pesquisas de cunho etnobotânico podem ajudar planejadores, agências de desenvolvimento, organizações, governos e comunidades a conceber e implementar práticas de conservação e desenvolvimento (TUXILL; NABHAN, 2001). Essa ciência facilita o diálogo e a troca entre especialistas e outros atores sociais, a fim de gerar novas formas de conhecimento e de novas demandas filosóficas, éticas,

epistemológicas e institucionais (ALWXIADES, 2003; ALBUQUERQUE; LUCENA, 2005; ALCORN, 1995; BEGOSSI, 1999; OLIVEIRA et al., 2009).

São vários os estudos voltados diretamente para a etnobotânica, o que sustenta trabalhos sobre o uso sustentável da biodiversidade através da valorização e do aproveitamento do conhecimento empírico de uma região. O fortalecimento das áreas envolvidas em um estudo etnobotânico não traz somente implicações em termos de produção de conhecimento em cada campo específico do saber. Ao contrário, destaca-se com uma abordagem de pesquisa científica que estuda pensamentos, crenças, sentimentos e comportamentos, que poderão mediar as interações entre as populações humanas e os demais elementos dos ecossistemas, assim como, os impactos advindos dessa relação (MARQUES, 2002). Mostra-se capaz de contribuir para aproximar o conhecimento científico do saber tradicional, com vistas a mitigar danos, criar alternativas produtivas, direcionar soluções para o bem coletivo (MARQUES, 2002).

2.3 Plantas medicinais e fitoterápicos, eficácia e reações adversas

De acordo com Carvalho et al. (2007) são consideradas plantas medicinais aquelas que possuem tradição de uso em uma população ou comunidade e são capazes de prevenir, aliviar ou até mesmo de curar enfermidades. Ressalta-se ainda, que essas plantas ao serem processadas pela indústria para a obtenção de um medicamento têm-se como resultado o medicamento fitoterápico.

Segundo a Resolução nº 48, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em março de 2004, o medicamento fitoterápico é aquele:

Obtido empregando-se exclusivamente matérias primas ativas vegetais. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. Sua eficácia e segurança são validadas através de levantamentos etnofarmacológicos de utilização, documentações tecnocientíficas em publicações ou ensaios clínicos fase 3, não se considera medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais (BRASIL, 2004).

Muitas comunidades fazem uso de plantas medicinais para o tratamento, a cura e a prevenção de doenças sendo considerada como uma prática milenar e ainda hoje

empregada nas mais diversas regiões do país, (MACIEL et al. 2002). Esta prática está ligada diretamente às produções não só interioranas, mas também, está sendo utilizada por moradores de grandes cidades, sendo muitas vezes a única alternativa disponível para o tratamento primário de muitas doenças, pelo difícil acesso na busca por assistência médica. Sendo assim, o convívio com a natureza fez com que o homem desenvolvesse a prática da observação, aproveitando os seus benefícios (CASTRO et al. 2009).

O número de pessoas preocupadas com a saúde e manter hábitos saudáveis, fazendo com que busquem cada vez mais o tratamento com plantas medicinais, principalmente as que habitam na área rural, pelo fato do acesso às cidades e também pelo custo que gera as consultas médicas e a compra de medicamentos, e também pelo fato das plantas serem mais saudáveis e não conter venenos e por serem eficazes quanto aos medicamentos comprados na farmácia, segundo Guerra et al. 2010.

De acordo com Silva et al. (2010), o uso de ervas se dá desde a pré-história, pois os homens ingeriam plantas para garantir a sua sobrevivência, com esta ingestão foi possível identificar o que era medicamento, veneno alucinógeno ou alimento, sendo as informações sobre o efeito destas plantas observadas e transmitidas através das gerações, chegando até os dias atuais, lembrando que atualmente, plantas medicinais são comercializadas em feiras livres, mercados populares e encontradas nos quintais de muitas residências em diversas cidades e regiões do país.

As plantas medicinais são capazes de fornecer fármacos extremamente importantes, dificilmente obtidos por síntese química, podendo ser levemente modificados, com tendência a serem mais eficazes, a possuírem menor potencial tóxico e a apresentarem efeitos terapêuticos semelhante quando comparados aos fármacos sintéticos. Várias pesquisas foram realizadas e outras vem sendo realizadas para comprovar a eficácia da fitoterapia (SILVA, 2002).

Muitas pessoas que fazem uso da fitoterapia, acreditam que as plantas não apresentam riscos à saúde, como efeitos adversos e doses tóxicas. Para Silva, Almeida e Rocha (2010), o uso de certas plantas, consideradas medicinais, pode levar um indivíduo a se expor a sérios riscos de saúde no momento em que passa a

manipular e consumir inadequadamente, pois existem espécies que são tóxicas, causando assim várias reações adversas, como: diarreia, hepatotoxicidade, alterações gastrointestinais, inibição da agregação plaquetária, dificuldade visual e excitabilidade neuronal.

Muitas pessoas se automedicam, fazendo uso de medicamentos sem a orientação de um profissional de saúde, o que pode causar problemas como: aparecimento de efeitos indesejáveis graves ou reações alérgicas, o mascaramento de doenças evolutivas, dosagem insuficiente ou excessiva e aumento no erro de diagnóstico das doenças (SILVA et al., 2010).

Também corre o risco de interações do uso da planta ou do medicamento fitoterápico com medicamentos alopáticos, como exemplos, podemos citar: o alho *Allium sativum*, coadjuvante no tratamento de hiperlipidemia e hipertensão arterial, que intensifica o efeito de drogas hipoglicemiantes (insulina e glipizida), causando uma redução nos níveis de açúcar no sangue; o uso concomitante de *Ginkgo biloba* e a sertralina (medicamento para tratamento da depressão), que poderá desencadear aumento dos batimentos cardíacos, sudorese, rigidez muscular e agitação; o Kava-kava *Piper methysticum* (indicado para a ansiedade, insônia e agitação) pode reduzir o efeito do levodopa (medicamento para tratamento de Parkinson), pois ela antagoniza o efeito da dopamina, bloqueando os receptores dopaminérgicos (NICOLETTI, 2007). Deve-se também levar em conta os grupos de riscos, pois algumas plantas podem ter efeito abortivo em gestantes devido ao estímulo na contração uterina, como por exemplo: o Ginseng (*Panax ginseng*), a Arruda (*Ruta graveolens*) e a Romã (*Punica granatum*). Idosos podem apresentar função renal comprometida e lactantes e crianças necessitam de doses especiais. Além de analisar a prescrição médica para certificar se há utilização indevida, a atuação profissional busca evitar a super dosagem e promover a adesão correta ao tratamento (NICOLETTI, 2007).

A fitoterapia, portanto, merece atenção quanto ao uso racional, o uso deve ser precedido por criteriosa identificação e classificação botânica a fim de evitar a indução de erros e problemas durante a utilização, muitas vezes os profissionais de saúde associam o uso destes medicamentos com medicamentos alopáticos (FRANÇA et al.,

2008), o que pode gerar riscos, uma vez que diversas interações tem sido descritas entre fitoterápicos e fármacos quimicamente definidos (FRANCO et al., 2003). Antes de serem utilizadas pela população é necessário que as plantas medicinais passem por vários processos que no final vão chegar a formulações com indicações de uso seguro adequado para assim fornecer resultados desejados a quem for utilizá-las.

Tais processos englobam a química orgânica, a fitoquímica (onde ocorre o isolamento, purificação e caracterização de princípio ativo, a farmacognosia (investiga farmacologicamente os extratos e os constituintes químicos isolados), a química orgânica sintética (fazendo as transformações químicas de princípios ativos), a química medicinal e farmacológica (estuda a relação estrutura/atividade e os mecanismos de ação dos princípios ativos) e por fim a preparação de formulações para a produção do fitoterápico (MACIEL et al., 2002).

2.4 Uso de fitoterápicos nas unidades de saúde

No Brasil, o uso de plantas medicinais na atenção básica foi abordado em 1986, na Conferência Nacional de Saúde, onde foi recomendada a introdução das práticas tradicionais de cura popular no atendimento ao público de saúde. E a partir da institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição de 1988, que foram iniciadas as transformações que possibilitaram a implementação de práticas inovadoras na gestão em saúde, dentre as quais podemos destacar a inclusão de algumas das medicinas não convencionais e práticas complementares nos serviços assistenciais médicos prestados à população, a exemplo da fitoterapia (ROSA et al. 2013; IBIAPINA et al. 2014).

No contexto das plantas medicinais merecem destaques as práticas integrativas que incluem, dentre outras, a fitoterapia, onde o Brasil, em 2006, foi aprovado pelo Governo Federal a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, por meio do decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, com o intuito de implementar ações que fossem capaz de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira através da ciência fitoterápica no cotidiano das pessoas, alia-se a tudo isso o fato do Brasil ser o país continental que detém a maior parcela da biodiversidade mundial em plantas medicinais, de 15 a 20% (BRASIL, 2006).

Já no ano de 2008, foi lançado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), visando garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo desta maneira, o uso sustentável da biodiversidade e desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional de fitoterápicos (BRASIL, 2008).

Como o Brasil possui grande biodiversidade e um grande e valioso conhecimento tradicional associado ao uso das plantas medicinais, sendo que essa variedade de espécies vegetais faz com que as pesquisas e o próprio desenvolvimento de fitoterápicos possam ocorrer com destaque no cenário científico mundial, entretanto, as plantas medicinais têm recebido atenção especial, principalmente pelos diferentes significados que assumem como um recurso biológico e cultural, destacando-se o seu potencial genético para o desenvolvimento de novas drogas, sendo, portanto, uma alternativa na assistência à saúde de uma grande quantidade de comunidades brasileiras (OLIVEIRA et al. 2006).

O Ministério da Saúde através da Portaria nº 971 de 3 de maio de 2006 disponibiliza opções terapêuticas e preventivas aos usuários do SUS, dentre elas o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (BRASIL, 2006). Os tratamentos medicinais de origem vegetal são amplamente utilizados no Brasil como integrativa terapêutica, em destaque por aqueles que estão em tratamento de doenças crônicas e fazendo uso de outros medicamentos (ALEXANDRE et al., 2008).

2.4.1 Capacitação para profissionais de saúde em relação ao uso da fitoterapia

Segundo a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, a capacitação na área de “Plantas medicinais e Fitoterapia”, deve ser realizada através de curso básico interdisciplinar comum a toda a equipe, visando à sensibilização dos profissionais a respeito dos princípios e diretrizes no SUS, das políticas de saúde, das Práticas Integrativas nos SUS, das normas e regulamentação e dos cuidados gerais com as plantas medicinais e fitoterápicos, cursos específicos para profissionais de saúde de nível universitário, detalhando os aspectos relacionados à manipulação, fitoterápicos, de acordo com as categorias profissionais

e curso específicos para profissionais da área agrônômica detalhando os aspectos relacionados a toda cadeia produtiva de plantas medicinais (BRASIL, 2006).

Além de contar com essas estratégias, o Ministério da Saúde tem incentivado a inclusão de disciplinas de interesse do SUS os currículos dos cursos de graduação na área de saúde e inserido disciplinas sobre fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares nos cursos de especialização que por eles são financiados (SIMONI, 2010).

2.5 O papel do farmacêutico e da assistência farmacêutica perante o uso da fitoterapia

Segundo a Resolução nº 477/2008 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), compete ao farmacêutico, dentre outras funções, a promoção do uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos por meio de ações de divulgação e comunicação aos usuários, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dessa prática.

De acordo com a Portaria nº 3.016/1998, Política Nacional de Medicamentos, o uso racional de medicamentos é:

o processo que compreende a prescrição apropriada; a disponibilidade oportuna e a preços acessíveis; a dispensação em condições adequadas; e o consumo nas doses indicadas, nos intervalos definidos e no período de tempo indicado de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade (BRASIL, 1998).

De acordo com a Lei Orgânica da Saúde (lei 8080/90), a assistência terapêutica e inclusive farmacêutica deve ser de direito aos cidadãos brasileiros, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 1990).

A assistência farmacêutica constitui parte fundamental dos serviços de atenção à saúde, tendo entre os seus objetivos a promoção do uso racional de medicamentos, que inclui as seguintes ações: a escolha da terapêutica mais adequada e com menor probabilidade de reações adversas para o paciente; avaliar a existência de contra indicações; garantir a adesão do paciente ao tratamento, visando melhorar a qualidade e segurança na utilização de fitoterápicos (JOÃO, 2010).

Assim é imprescindível a atuação do farmacêutico na assistência farmacêutica, entendida como ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde tanto

individual como coletivo, visando, portanto, o acesso ao seu uso racional (BRASIL, 2004), onde tais ações contribuem para a avaliação dos possíveis efeitos adversos, a prevenção e redução dos riscos da automedicação, já que o farmacêutico é a mais acessível forma de informação para o paciente que se automedica (HECKLER, 2004). A automedicação segundo a Portaria nº 3916 de 30 de outubro de 1998, é definida como o uso do medicamento sem prescrição, orientação e ou acompanhamento médico. Atualmente, grande parte dos fitoterápicos são utilizados desta forma, fato em parte explicado pela falta de informação e ao difícil acesso da população a assistência médica (SILVEIRA et al., 2008).

Durante a assistência farmacêutica, o profissional deve observar se o paciente faz uso de algum medicamento alopático ou outro fitoterápico, pois eles podem interagir entre si, podendo levar à redução do efeito, à potencialização do efeito ou ao aparecimento de reações adversas, logo a terapêutica não terá o efeito desejado (CARVALHO et al., 2007). Também cabe ao farmacêutico, o papel de orientar o paciente a adquirir os fitoterápicos em locais apropriados, como farmácias, drogarias entre outros que tenham a autorização da Vigilância Sanitária, pois assim o usuário estará utilizando um produto de qualidade e com sua eficácia garantida. O farmacêutico deve enfatizar que o fitoterápico é um medicamento e, como todo medicamento, pode trazer risco à saúde, estimulando então que o usuário relate qualquer aparecimento de eventuais reações adversas (KLEIN, 2009).

Segundo a Resolução nº 546 de 21 julho de 2011, o farmacêutico pode prestar indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição, se solicitado pelo paciente, a qual deverá ser realizada de forma clara, registrada em documento sendo uma via entregue ao paciente e a outra arquivada no estabelecimento farmacêutico. A indicação farmacêutica tem como objetivo: prevenir possíveis problemas relacionados ao uso, incentivar o paciente à adesão ao tratamento, monitorar e avaliar a resposta terapêutica, além de aproximar mais o profissional da comunidade. Contudo para tal atividade faz-se necessário que o farmacêutico tenha conhecimentos específicos e desenvolver habilidades de comunicação (BRASIL, 2011).

A formação de profissionais farmacêuticos capazes de promoverem tais cuidados é essencial para que sejam atingidas as metas do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Nesse sentido, a mesma tem como uma de suas diretrizes a promoção da formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos, apoiando a qualificação técnica dos profissionais de saúde, assim incentivando cada vez mais a presença do farmacêutico na assistência farmacêutica para uma prestação de serviço qualificada e adequada para os usuários de fitoterápicos (BRASIL, 2006).

Além das metas da PNPMF para a formação profissional dos farmacêuticos há também a Resolução CNE/CSE 2 de 19 de fevereiro de 2002 que constitui diretrizes curriculares para o curso de farmácia, onde a formação do farmacêutico deve englobar conhecimento para o exercício das competências e habilidades desde a atenção à saúde (assistência farmacêutica) até a educação permanente, sendo que o profissional deve ser capaz de aprender continuamente, tanto quanto na prática, além de auxiliar na formação de futuros profissionais (BRASIL, 2002).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, o uso da fitoterapia como prática de melhorias à saúde e no combate a diversos males é amplamente utilizada em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde se encontra a maior parte de plantas medicinais do planeta. Mediante a esse fato, cerca de 80% da população brasileira faz uso de plantas medicinais ou de medicamentos fitoterápicos, sendo que a maioria faz uso destes sem acompanhamento de um profissional de saúde, ou seja, se automedicam. O perigo da automedicação está no fato de que a pessoa corre o risco de utilizar doses baixas do medicamento não alcançando o efeito esperado ou utilizando doses elevadas, podendo causar intoxicações e reações adversas, como dores abdominais ou até mesmo, reações mais graves, como o aborto em gestantes, que é o caso do uso da arruda, como exemplo (NICOLETTI, 2007).

Portanto, é necessário que haja uma conscientização da população quanto ao uso racional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. Essa conscientização poderá ser feita através do Programa Saúde da Família (PSF) e com

a contratação de farmacêuticos clínicos nas Unidades Básicas de Saúde, e também, criando um programa em que todo estabelecimento farmacêutico (farmácias, drogarias, farmácias de manipulação e estabelecimentos de vendas de produtos naturais) realizem cursos de capacitação com seus funcionários. O profissional em farmácia, o farmacêutico, é o profissional habilitado para prestar assistência quanto ao uso racional de medicamentos e também prestar o serviço de assistência farmacêutica em que irá orientar e acompanhar o cliente/paciente durante o tratamento. Esse acompanhamento é de suma importância, principalmente para acompanhar os pacientes acometidos com doenças crônicas degenerativas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, U. P. Introdução à Etnobotânica. 2ª ed. Rio de Janeiro: **Interciência**, 2005
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. Can apparency affect the use of plants by local people in tropical forests? **Interciência**, n. 30, p. 506-510, 2005.
- ALCORN, J. B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, R. E.; REIS, S. V. (Ed.). **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Cambridge: Timber Press, 1995.
- ALEXANDRE, R.F.; et al. Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de gongko ou ginseng. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n.1, p. 117-26, 2008.
- ALEXIADES, M.N. Ethnobotany in the Third Millennium: expectations and unresolved issues. **Delpinoa**, n.45, p.15-28, 2003.
- ANVISA**. <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home> - Acesso em: 02/10/2021
- BEGOSSI, A. Caiçaras, caboclos and natural resources: rules and scale patterns. In: **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5 n. 2, 1999.
- BETTEGA, P. V. C.; et al. Do canteiro ao balcão da farmácia... **Revista Científica Univiçosa** - Volume 10 - n. 1 - Viçosa-MG - JAN/DEZ 2018 Disponível em : <https://periodicos.pucpr.br/index.php/oralresearch/article/view/23149/22243> Acesso em: 03/06/2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria n. 6 de 31 de janeiro de 1995. Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 1995. Brasília. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/elegis/>. Acesso em: 26/01/2006

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3916, de 30 de outubro de 1998 “. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Medicamentos.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. Secretaria de Educação. Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em farmácia.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 477, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 546, de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição o seu registro.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Decreto n. 8077, de 14 de agosto de 2013

CARVALHO, A.C.B. et al; **Aspectos da legislação no controle dos medicamentos fitoterápicos. T&C Amazônia**, ano V, nº11, p. 26-32, 2007.

CASTRO, A. P.; et al. Os Sistemas Agroflorestais como Alternativa de Sustentabilidade em Ecossistemas de Várzea no Amazonas. **Acta Amazônica**, v. 39, n. 2, p. 279 –288, 2009.

DAYANE, A.R. **Estudo exploratório sobre a formação do profissional farmacêutico na área de plantas medicinais e fitoterápicos em universidades**

públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/7707/2/28.pdf>. Acesso em 02/10/2021.

FRANÇA, I.S.X. et al. Medicina Popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.61, n.2, p. 201-8, 2008.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, Resolução nº 48, de março de 2004. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Disponível em arca.fiocruz.br/handle/icict/19131 Acesso em: 10/09/2021

GADELHA, C. S.; et al. Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil... **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 5, p. 208 – 212, 2013 Disponível em:
[file:///C:/Users/Almeida/Downloads/3577-Texto%20do%20artigo-11436-1-10-20150814%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Almeida/Downloads/3577-Texto%20do%20artigo-11436-1-10-20150814%20(3).pdf) Acesso em: 03/06/2021

GUERRA, A. M. N. et al. **Utilização de plantas medicinais pela comunidade rural Moacir Lucena**, Apodi-RN. *Biosci. J.*, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 442-450, ma-jun., 2010.

GUERRA, P. M.; NODARI, O. R. Biodiversidade: aspectos biológicos, geográficos, legais e éticos. In: SIMÕES, M. O. et al. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 2001.

HECKLER, A.P.M. et al; Estudo exploratório sobre a dispensação de fitoterápicos e plantas medicinais em Porto Alegre/RS. **Acta Farmacêutica Bonaerense**, v.24, p.277-283, 2005.

IBIAPINA, W. V. et. al. Inserção da fitoterapia atenção primária aos usuários do sus. **Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança**–v. 2, n.1, p. 58-68, 2014.

JOÃO, W.S.J. Reflexões sobre o uso racional de medicamentos. **Pharmacia Brasileira**, nº78, p.15-16, 2010.

KLEIN, T. et al; Fitoterápico: um mercado promissor. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, 30(3), p. 241-248, 2009.

MACIEL, M.A.; Pinto, A.C.; Veiga, J.R.; Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Quim Nova**. 2002;25(3):429-82.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des)multiplicado: o papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. In: AMOROZO, M. C.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Ed.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro, SP: **Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia**, 2002.

MATSUDA, A. H. Fitoterápicos: complementos nutricionais ou medicamentos? In: Torres EAFS, organizador. **Alimentos do milênio: a importância dos transgênicos, funcionais e fitoterápicos para a saúde**. São Paulo: Signus; 2002. P. 31-41.

NICOLETTI, M.A. et al. Principais interações no uso de medicamentos fitoterápicos. **Infarma**, v.19, n.1, p.32-50, 2007.

OLIVEIRA, M. J. R.; SIMÕES, M. J. S.; SASSI, C. R. R. Fitoterapia no Sistema de Saúde Pública (SUS) no Estado de São Paulo, **Brasil. Rev. Bras. Pl. Med.** 8(2):39-41, 2006

OLIVEIRA, F. C. et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Feira de Santana, BA, v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009.

RIBEIRO, D. A. **Estudo exploratório sobre a formação do profissional farmacêutico na área de plantas medicinais e fitoterápicos em universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro**. Arca FIOCRUZ Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2021.

ROSA, C.; CÂMARA, S.G.; BÉRIA, J.U. Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde. **Ciências & Saúde**

SANTOS, R.L. et al. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira Plantas Mediciniais**, Botucatu, v.13, n.4, p.486-491, 2011. Disponível em Google Acadêmico, acesso em 25/09/2021.

SCHIMIDT et al. Passionsblumenkraut: Bestimmung des Gesamtflavoidgehaltes von Passiflorae herba. **Deutscher Apotheker Zeitung**, v. 47, p. 17-26, 1993.

SILVA, J.N. et al; Plantas utilizadas como abortivas no município de Bom Jardim/PE. **Revista de Biologia e Farmácia(Biofar)**, v.4, nº1, p.117-128, 2010.

SILVA, R. P., ALMEIDA, A. K. P., ROCHA, F. A. G. **Os riscos em potencial do uso indiscriminado de plantas medicinais**. Anais do V Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2010.

SILVA, R. B. L. **A Etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú**, Macapá-AP, 2002. 172f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) -Universidade Federal Rural da Amazônia. Manaus, AM. 2002.

SIMONI, C.L. Fitoterapia – linha do tempo. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/profissional> .

SILVEIRA, P.F. et al; Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.18, p.618-626, 2008.



TRINDADE, M. T.; et al. Atenção farmacêutica na fitoterapia... **Revista Científica Univicosa** - Volume 10 - n. 1 - Viçosa-MG - JAN/DEZ 2018 Disponível em: <https://academico.univicosa.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/viewFile/1188/1179> Acesso em: 04/06/2021

TUXILL, J.; NABHAN, G.P. Plantas, comunidades y áreas protegidas: uma guia para El manejo in situ. **Pueblos y plantas. Manual de conservacion**. Montevideu: Editora Nordan Comunidade, 2001.

YUNES, R.A. et al. Fármacos e fitoterápicos: a necessidade do desenvolvimento da indústria de fitoterápicos e fitofármacos no Brasil. **Química Nova**, v.24, n.1, p. 147-52, 2001.

ZALEWSKI, S.; et al. Levantamento de dados da população de Araraquara acerca do uso de plantas medicinais e o conhecimento sobre medicamentos fitoterápicos na XIX semana de assistência farmacêutica estudantil. **Revista De Ciências Farmacêuticas Básica E Aplicada**. v. 38 Supl. 1. Agosto, 2017.

